

Artigo

Os 100 dias de Dilma Rousseff

O balanço do início do governo da presidente Dilma Rousseff – os famosos 100 dias – é altamente favorável. Ela tem um nível de aprovação popular de 56%, maior do que a marca favorável do início do primeiro mandato de Lula, em 2003 (51%) e ultrapassando de longe a de Fernando Henrique Cardoso em 1995 (41%).

Isto é, governa com vento a favor, mesmo tendo tomado medidas controversas como o anúncio do corte orçamentário de R\$ 50 bilhões ou a recusa em negociar com as centrais sindicais o valor do salário mínimo, fixado em R\$ 545,00.

Seu governo é assumidamente uma continuação em relação aos dois mandatos de Lula, entre 2003 e 2010. Mas não se trata de um mero continuísmo, como ficou claro neste período inicial.

Para quem acreditava que Dilma não teria voo próprio e seria um decalque de Lula, a decepção é visível. Dilma disse a que veio com um estilo pessoal diferente de seu antecessor e com algumas prioridades que são a marca do continuísmo com mudança.

Há, além disso, uma ação mais afirmativa no sentido de subordinar as megaempresas brasileiras nas quais o governo tenha interesses às necessidades do desenvolvimento do País. O exemplo mais visível foi a mudança da direção da Vale em busca de uma gestão mais afinada com um programa de desenvolvimento do País e não focada apenas no desempenho individual da empresa. Acomodação que essa substituição de direção causou entre os representantes do capital financeiro é uma demonstração da mudança de rumos que ela sinaliza – alguns críticos neoliberais, mais exagerados, chegaram a insinuar que houve uma virtual reestatização daquela empresa que se tornou o símbolo das privatizações predatórias e danosas ao interesse nacional praticadas sob Fernando Henrique Cardoso na década de 1990.

A oposição neoliberal ainda não se recuperou do atordoamento sofrido com a derrota eleitoral de 2010. As feridas no PSDB continuam abertas e a unidade desta agremiação continua sendo uma meta distante, enquanto os outros pilares da oposição neoliberal (o DEM e o PPS) estão claramente em declínio. E mesmo a imprensa já não exerce com o mesmo desembaraço a oposição virulenta que fez ao governo Lula.

O marco dos 100 dias não autoriza balanços de governo e muito menos conclusões peremptórias a respeito do destino que a administração pública vai tomar. Mas, no caso de Dilma, permite avaliar o formato da continuidade com mudança anunciada desde a campanha eleitoral. Quem apostou que Dilma teria dificuldades para lidar com a “sombra” de Lula errou: se enganou também quem imaginou que ela poderia colocar tudo de pernas para o ar, rompendo com o que foi feito entre 2003 e 2010 e tomando um rumo mais conservador.

O que se pode concluir, nestes quase três meses e meio de governo, é que de fato este é o terceiro mandato presidencial das forças progressistas, avançadas e desenvolvimentistas. Os dois anteriores tiveram a cara de Lula, este tem a cara de Dilma. Mas o sentido é o mesmo: a busca do crescimento econômico, do bem-estar dos brasileiros e da afirmação soberana da nação.

Portal O Vermelho

Funcionários do BNB exigem respostas para suas reivindicações



Foto: Arquivo

Reivindicações estão na mesa há anos, sem respostas concretas (pág. 3)

BC propõe nova regulamentação para correspondentes bancários

A Contraf-CUT considera que as novas medidas acentuarão a exclusão, pois permitem aos bancos segmentar sua clientela (pág. 2)

BNB: ato no Passaré cobra solução para ação de equiparação

Na sexta-feira, 15/4, aconteceu a 1ª audiência de conciliação entre SEEB/CE e Banco (pág. 3)

Itaú suspende negociação com funcionários

Movimento sindical pretendia discutir demissões e vai exigir nova data para a reunião (pág. 4)

Funcef tem superávit acumulado de R\$ 460 milhões

Balanço financeiro demonstra que aposentados poderiam ganhar aumento maior (pág. 5)

Entidades cutistas debatem trabalho decente

Foto: Paulo Holanda



Nos dias 12 e 13/4, no Hotel Praia Centro, em Fortaleza, foi realizada a primeira Oficina Regional sobre o Trabalho Decente, promovida pela CUT. O evento reuniu em Fortaleza dirigentes sindicais do Ceará, Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte. O objetivo é qualificar os dirigentes sindicais cutistas para o processo de construção da I Conferência Nacional do Trabalho Decente, que será realizada em maio de 2012 (pág. 4)

TRIBUTAÇÃO

Trabalhadores querem reforma tributária justa

Os trabalhadores brasileiros não têm dúvida: querem um sistema de tributação justo, onde quem ganhe mais pague mais. Ou seja, que desonere os salários e onere mais as grandes fortunas. Para isso também é necessário que os impostos recaiam mais sobre os rendimentos e patrimônio e menos sobre o consumo.

Estima-se, por exemplo, que a carga tributária do Brasil alcançou 35% do PIB em 2009, ou R\$ 1,04 trilhão. Saber quem pagou essa conta e para onde vão esses recursos é de interesse de todos.

Para garantir que a reforma tributária traga justiça e melhoria na qualidade de vida a todos os cidadãos brasileiros, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) promove uma série de debates, em diversos estados do País. Abrindo o ciclo, o Sindicato de São Paulo sediou no dia 8/4 o Seminário Desenvolvimento: perspectivas para o trabalho e a distribuição de renda, que contou com a participação do Senador Eduardo Matarazzo Suplicy (PT/SP).

O presidente da CUT São Paulo, Adi dos Santos Lima, defendeu uma redistribuição da carga tributária no Brasil. “Os trabalhadores precisam dizer a reforma tributária que querem. Pagamos alíquotas iguais a dos empresários. Isso precisa mudar”.

MAIS JUSTA – Os trabalhadores querem uma carga tributária cuja arrecadação siga modelo de cobrança progressiva e direta. O Brasil tira a maior

Algumas propostas da CUT para a reforma tributária

- Eliminar a cobrança do imposto de renda sobre as aposentadorias
- Dedução do imposto de renda para gastos com aluguel
- Redução de impostos sobre produtos de consumo popular
- Aumento da tributação sobre itens de consumo de luxo, como joias, por exemplo
- Aumento do número de faixas da tabela do imposto de renda
- Que o 13º salário passe a ser somado aos 12 salários do ano e, assim, deixe de ter tributação exclusiva
- Incentivo a empresas que empregam muitas pessoas, transferindo parte da contribuição patronal ao INSS para o faturamento, reduzindo a incidência sobre a folha Imposto sobre grandes fortunas
- Aumento da participação dos tributos diretos (aplicados sobre a renda) no total arrecadado; entre outras

parte de sua receita de tributos sobre consumo, prejudicando os mais pobres. Ao fazer compra no supermercado, ricos e pobres pagam os mesmos impostos, mas com impacto diferente na renda de cada um.

Segundo Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE 2002/2003, estima-se que as famílias com renda de até dois salários mínimos arquem com uma carga tributária sobre o consumo de 46% da renda familiar, enquanto as famílias com renda superior a 30 salários mínimos gastam 16% da renda em tributos indiretos (baseados no consumo).

A carga tributária deve incidir primeiro sobre o patrimônio, depois sobre a renda e, por último, sobre o consumo. E que o resultado dessa arrecadação volte à população em benefícios sociais com mais investimentos

em saúde, educação, infraestrutura entre outros, e não como pagamentos altíssimos de juros da dívida pública, por exemplo.

FORTUNAS – Outra correção necessária é que nem todos os rendimentos tributáveis de pessoas físicas sejam levados obrigatoriamente à tabela progressiva do IR (Imposto de Renda) e sujeitos ao ajuste anual de declaração de renda. Lucros e dividendos distribuídos a acionistas de empresas são isentos de IR, enquanto a tributação do salário obedece a quatro alíquotas estabelecidas e a PLR (Participação dos Lucros e Resultados) do trabalhador também está sujeita a cobrança do imposto. Não à toa, em 2006, apenas 5.292 contribuintes apresentaram rendimentos tributáveis acima de R\$ 1 milhão, mas o Brasil tinha 220 mil milionários.

DICA CULTURAL

Paixão de Cristo em Pacatuba

Nos dias 21 e 22/4, a Prefeitura de Pacatuba irá promover a 37ª edição da Paixão de Cristo, o maior espetáculo sobre o tema no Ceará. Desde janeiro, 200 atores e figurantes ensaiam para se apresentar aos cerca de 15 mil espectadores – público que a peça costuma receber anualmente. A encenação acontece na Praça da Paixão – com cenários fixos inspirados em Jerusalém – que possui oito mil metros quadrados, abrigando camarotes, arquibancadas, telões e show pirotécnico.

O espetáculo foi contemplado pelo edital do Ponto de Cultura do Estado, o que lhe rendeu em 2008 o repasse de R\$ 180 mil em três anos. O valor é utilizado exclusivamente na capacitação do elenco, formado por pessoas da própria comunidade e regiões vizinhas. A produção, bancada pela Prefeitura, ainda incrementa o comércio local e gera mais de 200 empregos indiretos.

Este ano, a novidade é a representação de mais duas passagens bíblicas: a tentação de Cristo no deserto e a passagem de João Batista e Salomé na festa de Herodes. Apesar do grande público, segundo a Fundação de Turismo e Cultura (Funtec), o retorno da bilheteria não chega a 10% do custo da

produção. Porém, o vice-presidente da fundação afirma que o objetivo é assegurar a execução da peça e garantir a continuidade da tradição.

PARA SABER: A paixão de Cristo é composta por 15 estações, que lembram o sofrimento e redenção de Jesus: 1ª, Jesus é condenado à morte; 2ª, Cristo carrega a cruz; 3ª, Jesus cai pela primeira vez; 4ª, o Filho de Deus se encontra com sua mãe; 5ª, Simão Cirineu ajuda a carregar a cruz; 6ª, Verônica enxuga o rosto de Jesus; 7ª, Cristo cai pela segunda vez; 8ª, Jesus consola as mulheres de Jerusalém; 9ª, Jesus cai pela terceira vez; 10ª, Soldados despojam suas vestes; 11ª, Cristo é pregado na cruz; 12ª, Morte na cruz; 13ª, Cristo é descido da cruz; 14ª, Jesus é colocado no sepulcro; 15ª, Ressurreição no Senhor.

SERVIÇO:

Paixão de Cristo de Pacatuba
Camarote: R\$ 20 (inteira) e R\$ 10 (meia)
Arquibancada: R\$ 10 (inteira) e R\$ 5 (meia)
Mais informações:
Funtec (85) 3345 2317

Foto: Divulgação



JUSTIÇA

Sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás pedem fim da impunidade após 15 anos

As famílias e os sobreviventes do massacre em Eldorado dos Carajás, que completou 15 anos no último domingo (17/4), pedem à sociedade paraense e aos órgãos competentes o fim da impunidade dos responsáveis pela morte de 19 trabalhadores sem-terra. O manifesto reitera a necessidade de políticas de reforma agrária e a consolidação do Assentamento 17 de Abril, onde vivem as famílias.

Entre as reivindicações descritas no manifesto estão a exigência de uma política agrícola associada ao bioma amazônico. Eles pedem ainda a imediata paralisação das obras da usina hidrelétrica de Belo Monte e um plano de reestruturação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para a solução dos conflitos no campo.

As famílias e sobreviventes exigem também a reparação política e econômica aos envolvidos no massacre de Eldorado dos Carajás, assim como um plano de julgamento

por parte do Tribunal de Justiça do Estado para os casos que ainda esperam julgamentos.

“Já não somos mais os mesmos, estamos nos reabilitando com o passar dos dias da grande dor e, nessa construção que já perdura 15 anos fizemos muitos progressos na organização social das famílias, no apoderamento político e cultural, na produção de alimentos, na educação, na infância e na juventude”, descreve o manifesto.

HISTÓRICO – Em 17 de abril de 1996, uma ação da Polícia Militar do Pará deixou, além dos mortos, 70 pessoas feridas ou mutiladas. O crime ocorreu quando 1.500 trabalhadores do MST que estavam acampados em uma fazenda saíram em passeata em direção à capital do estado para protestar contra a demora no assentamento das famílias que ali viviam. O episódio é emblemático a respeito da situação de conflito no campo no País.

BANCARIZAÇÃO

Resolução do BC sobre correspondentes põe em xeque a atividade bancária

A Resolução 3954 que o Banco Central editou no dia 24/2 último normatizando as atividades dos correspondentes bancários, alterada por novas medidas publicadas na quinta-feira, 31/3, amplia a terceirização no sistema financeiro nacional, desregulamenta a prestação de serviços no setor, desregula na prática a atividade bancária e traz riscos para a segurança das transações financeiras dos clientes e usuários.

A resolução e sua complementação, em síntese, permitem que:

1. Qualquer sociedade, pública ou privada, poderá atuar como correspondente bancário, passando inclusive a ter como atividade principal o papel de correspondente.
2. Os próprios bancos poderão criar suas próprias empresas para atuar como correspondente bancário. Isso significa que os bancos não terão mais interesse em abrir agências.
3. Os correspondentes bancários terão suas funções ampliadas, passando a oferecer “prestação de serviços de atividades de atendimento a clientes e usuários da instituição contratante” (ou seja, os

bancos), inclusive de recebimentos e pagamentos e de encaminhamento de cartões de crédito.

Ao contrário da justificativa do BC de que a resolução aumentará a bancarização da população brasileira, para a Contraf-CUT as novas medidas acentuarão a exclusão, uma vez que permitirão aos bancos segmentar sua clientela segundo a categoria de renda, e beneficiarão apenas as instituições financeiras, que aumentarão a sua lucratividade.

E mais uma vez os bancos, ao invés de contribuírem com a geração de mais e melhores empregos, estarão aumentando a precarização do trabalho no País.

Além das inúmeras irregularidades quanto ao conteúdo das mudanças, a Contraf-CUT considera que o Banco Central exorbitou de sua função e violou a Constituição ao editar a resolução. Ela significa na prática uma reforma do sistema financeiro, papel legislativo que cabe exclusivamente ao Congresso Nacional no capítulo referente ao Sistema Financeiro Nacional (Art. 192).

Além disso, os chamados cor-

respondentes poderão utilizar expressões próprias das instituições financeiras, o que poderá aumentar ainda mais os casos de reclamações e fraudes junto aos consumidores. E, apesar da previsão, o Banco Central reconhecidamente não tem condições operacionais de acompanhar e fiscalizar a atuação de aproximadamente 200 mil correspondentes já existentes no Brasil – dez vezes o número de agências.

Por todas essas razões, a Contraf-CUT está solicitando audiências ao Ministério da Fazenda, ao Banco Central, ao Ministério do Trabalho e Emprego e às comissões de Trabalho e de Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, e fará tudo que estiver a seu alcance para reverter os efeitos das novas medidas.

A Contraf-CUT também considera um escândalo a forma como o BC impôs as novas normas - as alterações do dia 31/3 inverteram totalmente o sentido de algumas cláusulas da resolução emitida 35 dias antes -, sem ouvir os bancários, as entidades de defesa do consumidor e a sociedade, para atender a todos os desejos dos bancos.



Home Page: www.bancariosce.org.br
Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br
Telefone geral : (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3226 9194
Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Fax: (85) 3253 3996
Rua 24 de Maio, 1289 - 60020.001 – Fortaleza – Ceará
Presidente: Carlos Eduardo Bezerra – Diretor de Imprensa: Tomaz de Aquino
Jornalista Resp: Lucia Estrela CE00580JP – Repórter: Sandra Jacinto CE01683JP
Estagiários: Anderson Lima e Cinara Sá – Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG
Impressão: Expressão Gráfica – Tiragem: 11.500 exemplares

Contraf-CUT cobra respostas para demandas do funcionalismo

Dois meses já passaram depois da última reunião com a direção do BNB e até agora nenhum aceno foi feito pela diretoria administrativa do Banco em relação a uma nova negociação com propostas concretas para demandas do funcionalismo.

A CNFBNB/Contraf-CUT já declarou para a direção do Banco que não aceita mais a enrolação que vinha permeando as últimas negociações e cobra respostas imediatas para pendências que se arrastam há anos, como revisão do PCR, licença-prêmio para novos funcionários, isonomia de tratamento, ponto eletrônico, revisão do plano de funções, dos planos BD da Capef e custeio da Camed, entre outras.

Para mostrar a insatisfação dos funcionários com o descaso do Banco, a CNFBNB/Contraf-CUT está orientando todos os Sindicatos com o BNB em sua



Foto: Arquivo

Última negociação ocorreu há dois meses. Funcionalismo não tem mais paciência e vai à luta em busca de seus direitos

base a realizarem o DIA DO VERMELHO, como forma de mostrar indignação pelos anos de promessas vãs feitas pela Direção da Empresa e até hoje não cumpridas. Nesse dia deverão ocorrer manifestações ou paralisações nas principais unidades de cada cidade, a critério dos sindicatos.

O protesto deverá acontecer dia 27/4, quando todos os funcionários devem usar alguma peça vermelha no vestuário. Além

disso, devem ser destinadas mensagens ao Diretor Administrativo, Stélio Gama Lyra, com o seguinte conteúdo: “Estou vermelho de raiva, para não ficar roxo de vergonha pelo despreço do Banco com o seu funcionalismo”.

As mensagens via e-mail devem ser mandadas para cnfdbnb@gmail.com que providenciará o seu reenvio a Diretoria Administrativa assegurando o sigilo total do remetente.

AÇÃO DE EQUIPARAÇÃO

Juíza concede 10 dias para acordo, depois designa perícia contábil

A juíza da 3ª Vara de Justiça do Trabalho em Fortaleza, Drª Ana Luiza, determinou prazo de dez dias para que as partes envolvidas na ação de equiparação BNB/BB cheguem a um acordo. Caso contrário, declarará conclusos os autos e designará perícia contábil para determinar os valores a serem pagos pelo Banco aos beneficiários do processo.

A decisão é resultado da primeira audiência de conciliação convocada entre as partes pela Justiça e foi adotada tendo em vista a impossibilidade de acordo face à distância entre os valores propostos pelo BNB e Sindicato. A direção do Banco elevou a proposta de R\$ 46 milhões, já rejeitada em assembleia, para

R\$ 53,9 milhões, considerada pelo SEEB/CE muito distante ainda dos R\$ 170 milhões autorizados como contraproposta na última assembleia dos beneficiários.

O Sindicato dos Bancários, por dever de ofício, estará convocando para breve nova assembleia, a fim de deliberar sobre essa última posição do Banco, mas de antemão, através de sua diretoria, coloca-se contrário a um acordo em bases tão rebaixadas. Para o Sindicato, a Direção do BNB está apostando no desgaste emocional e financeiro dos beneficiários, em total desrespeito aos valores humanos e desconhecendo a contribuição que os funcionários que reclamam seu direito deram na construção e consolidação da instituição BNB.

Foto: Arquivo



Várias tentativas de negociação foram feitas, inclusive com a participação do presidente do BNB, Roberto Smith, até hoje sem resultados concretos

Atos no Passaré e no Fórum Autran Nunes exigem proposta digna por parte do BNB

“Venha aqui pegar o seu milhão”. Com essa faixa e distribuição de milho verde para os funcionários do Banco do Nordeste, da sede administrativa do Passaré, os beneficiários da ação de equiparação das comissões do BNB às do BB protestaram contra a demora do Banco em solucionar o mencionado passivo trabalhista. O ato, realizado na última quinta-feira, dia 14/4, serviu também para pressionar a direção do BNB a apresentar uma proposta digna.

Durante a manifestação, os beneficiários fizeram um apitoço, como forma de chamar a atenção do presidente do Banco, Roberto Smith, que prometeu várias vezes resolver o impasse, mas até agora, nada. Idêntica concentração foi realizada também em frente ao Fórum Autran Nunes, dia 15/4, a partir das 9h, local onde aconteceu a audiência de conciliação.

De acordo com o presidente da Associação dos Aposentados do BNB (AABNB), a demora do Banco em solucionar o passivo é um desrespeito com quem tanto ajudou a construir a instituição. “Nós demos um voto de confiança ao BNB quando várias vezes foram feitas tentativas de negociação, mas a direção tem usado de inúmeros recursos para protelar a solução do passivo. Basta ver que há uns três anos atrás, o Banco informou que não podia fazer a equiparação porque não dispunha das tabelas de função do BB. Passados cerca de 20 anos de tramitação do processo, o BNB nunca se interessou em solicitar as tabelas que necessitaria?”, questionou ele. “O que nós queremos é uma proposta decente para que possamos receber o que nos pertence. É preciso que haja respeito a nós, trabalhadores”, conclui.

Para o diretor do Sindicato dos Bancários do Ceará, Tomaz de Aquino, a entidade tem feito sua parte buscando negociar de todas as formas. “Nós temos demonstrado a melhor boa vontade. Inclusive, na última assembleia, realizada no Sindicato, dia 16/3, a base formulou uma proposta intermediária, de R\$ 170 milhões, que já há quase um mês foi enviada ao BNB e até agora, não recebemos nenhuma proposta oficial. Queremos que o Banco nos apresente uma proposta decente, condizente com o direito dos trabalhadores, mas até agora só obtivemos promessas e isso não paga a dívida”, cobrou.



Fotos: Drawlio Joca



CULTURA

O Grande Sacrifício mostra uma nova visão da Paixão de Cristo

A Paixão de Cristo pelos olhos daquele que carregou a cruz de Jesus. Foi assim que o musical O Grande Sacrifício, que encerrou sua 10ª edição no último domingo, 17/4, mostrou a história mais famosa do mundo. O espetáculo mostra uma perspectiva diferente da Paixão de Cristo. A narrativa revela a páscoa pelos olhos de Simão Cirineu, um homem simples obrigado pelos soldados romanos a carregar a cruz de Jesus. Em meio às adversidades da situação, um momento inesperado muda completamente sua vida.

“Ele é um homem simples, que é retratado numa parte bem pequena da Bíblia, que é puxado da multidão e obrigado a carregar a cruz”, explica o diretor do Sindicato, Alex Citó, que interpreta o personagem. “Nesse momento em que ele fica cara a cara com Jesus, isso muda toda a perspectiva da história de vida dele”, diz.

Apesar de pouco citado na Bíblia, o personagem inspirou a diretora do espetáculo, Meg Banhos de Castro, a escrever um roteiro ousado, que não deixa de ser fiel ao relato histórico. “No nosso trabalho de pesquisa, nós fizemos estudos bíblicos sobre os costumes, as vestimentas, comportamento da época. Também nos baseamos em filmes bíblicos que abordam essa temática”, informa Alex.

O projeto começou pequeno, há dez anos atrás, dentro da própria Igreja Presbiteriana. Ao longo do tempo, o espetáculo foi apresentado no Centro de Convenções e até no Teatro José de Alencar. “Infelizmente, essas apresentações oneram muito a produção da peça. Foi então que a Tenda da Igreja Batista Central de Fortaleza abraçou o projeto, eles têm uma boa estrutura, e agora estamos lá”, diz.

Alex explica que, mesmo sendo um dirigente sindical e com essa e outras atividades consumindo boa parte do seu tempo, como é evangélico, isso facilitou sua adesão ao projeto. “A escritora da peça, a Meg Banhos, fazia parte da Igreja Presbiteriana. Além disso, eu particularmente, gosto muito de teatro, cinema e estou há dez anos no projeto, interpretando o personagem principal”. E completa afirmando que a mensagem principal



Fotos: Paulo Figueiredo



da peça é mostrar ao público o real sentido da Páscoa: “Simão, um judeu que estava com as esperanças em baixa, estava em Jerusalém mais para cumprir uma tradição, a partir do seu encontro com Cristo, ele passa a ter uma nova perspectiva de vida e de reflexão da sua própria alma”, conclui.

Com 1h30min de duração, o

musical combina teatro, multimídia, dança e música, contando com a participação de mais de 150 pessoas em cena, entre adultos e crianças. No total, são pouco mais de 200 envolvidos nesta produção. Todo o elenco é formado por voluntários da Igreja Batista Central de Fortaleza, Igreja Presbiteriana de Fortaleza e Igreja Batista Alvorada.

ITAÚ UNIBANCO

Bancários repudiam descaso do banco com negociação

A Comissão de Empresa dos Funcionários do Itaú Unibanco (COE) reuniu-se na quarta e quinta feira, 13 e 14/4, em São Paulo, com a presença de dirigentes sindicais representando as diversas federações e sindicatos de todo o País. Estava programado para a quinta-feira, 14, uma negociação com o banco onde na ocasião, dentre os vários pontos a serem discutidos, estava em pauta as demissões que estão sendo desencadeadas pelo banco em todas as regiões do País. Só que, para surpresa da Contraf-CUT, o banco suspendeu a negociação sem nenhuma justificativa plausível, ficando caracterizado o descaso do banco para com o processo de negociação.

“Essa atitude é uma demonstração de que o banco não quer discutir os pontos elencados pelos funcionários, como o reajuste abusivo do convênio médico, o combate ao assédio moral, o fim da precarização das condições de trabalho, demissões, entre outros”, condena o representante da COE Itaú na FETEC/NE e diretor do Sindicato, Ribamar Pacheco.

Durante a reunião da COE, os bancários voltaram a discutir o reajuste de até 24,61% do convênio médico efetuado na folha de pagamento de

março sem qualquer comunicação prévia aos trabalhadores, nem a devida extratificação da sinistralidade dos participantes.

FIM DAS DEMISSÕES – Os bancários trataram também das demissões de caixas e gerentes operacionais que estão ocorrendo em diversas regiões do País, inclusive em Fortaleza. Na mesma linha, foi discutida a falta de funcionários nas agências, que leva à sobrecarga e precarização das condições de trabalho em todo o País. Segundo o diretor Ribamar Pacheco, o movimento sindical irá exigir do banco o agendamento urgente de uma nova negociação.

A Contraf-CUT denuncia que a eliminação dos empregos ocorre mesmo com o compromisso assumido pelo banco após a aquisição do Unibanco de que não haveria demissões no processo de fusão.

“Como se não bastasse a quebra da palavra empenhada, a dispensa de trabalhadores acontece depois que a instituição atingiu em 2010 o lucro recorde de R\$ 13,3 bilhões, o maior da história dos bancos brasileiros”, afirma o funcionário do Itaú e presidente da Contraf-CUT, Carlos Cordeiro.

Foto: Arquivo



A COE Itaú reuniu-se em São Paulo, nos dias 13 e 14/4

HSBC

Reunião com representante do banco debate Secom e Papa-filas

O Sindicato dos Bancários do Ceará esteve reunido na terça-feira, dia 5/4, na sede da entidade, com o responsável pelo suporte operacional de agências do HSBC, Fábio Nascimento. Na pauta da reunião, a possível desativação do Setor de Compensação (Secom) e os chamados “Papa-filas”. Participaram pelo Sindicato, o presidente Carlos Eduardo Bezerra, e os diretores Humberto Simão e Leda Marques.

Quanto ao fechamento do Setor de Compensação (Secom), os representantes do Sindicato enfatizaram que a proposta dos trabalhadores é que o banco absorva todos os funcionários do setor no seu quadro de agências, pois os bancários estão apreensivos temendo perder o emprego. Nascimento informou que a desativação ocorre por uma mudança na legislação feita pelo Banco Central, mas que o banco vem tentando realocar todos os funcionários. Segundo ele, os bancários do Secom terão prioridade em casos de surgimento de vagas nas unidades.

Quanto aos “Papa-filas”, o Sindicato ressaltou sua posição contrária ao sistema, pois expõe o funcionário a um cenário de insegurança, sendo que ele lida até mesmo com numerários, além do agravante de ficar localizado na entrada da agência. O Sindicato enfatizou ainda que os operadores dos “Papa-filas” devem ser bancários, e não terceirizados ou jovens aprendizes. “Isso subverte ao regime dos correspondentes bancários, só que mais grave, dentro da agência”, afirmou Carlos Eduardo.

O diretor do Sindicato e funcionário do HSBC, Humberto Simão, enfatizou também o problema da segurança, pois os funcionários ficam vulneráveis a um possível ataque de assaltantes.

O representante do banco apenas informou que esse é um projeto nacional cujo objetivo é desafogar as agências, mas que vai procurar verificar possíveis irregularidades. “Ficaremos atentos, acompanhando todos os casos”, avisa Humberto.

TRABALHO DECENTE

Oficinas regionais têm início em Fortaleza

Aconteceu nos dias 12 e 13/4, no Hotel Praia Centro, em Fortaleza, a Oficina Regional sobre o Trabalho Decente, promovida pela CUT. A atividade abriu o calendário de oficinas sobre o tema promovido pela Central em todo o Brasil. O evento reuniu em Fortaleza dirigentes sindicais do Ceará, Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte.

O objetivo das oficinas é qualificar os dirigentes sindicais cutistas para o processo de construção da I Conferência Nacional do Trabalho Decente, que será realizada em maio de 2012 e nas demais conferências previstas pra este ano, como Mulheres, Juventude, Racial, entre outras.

Durante as oficinas será feito o lançamento da Cartilha “Trabalho Decente na Estratégia da CUT”, material produzido pela Central que

servirá de subsídios ao debate, e que foi elaborada com base nas propostas contidas na Plataforma da CUT para as eleições 2010.

As oficinas serão realizadas em todas as regiões, sendo o mês de abril para os estados do Nordeste. Em maio, ocorrem em São Paulo e Florianópolis, reunindo os sindicatos do Sul e Sudeste. Em junho, os temas são discutidos com os sindicatos da Região Norte e em junho no Centro-Oeste.

CONFERÊNCIA NACIONAL

Entre os meses de abril e outubro, os 26 estados e o Distrito Federal realizarão conferências estaduais de Emprego e Trabalho Decente. Estes encontros são indispensáveis para a participação dos delegados eleitos nas discussões previstas para a 1ª Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (1ª

CNETD), entre 2 a 4/5 de 2012.

A Conferência tem por finalidade a promoção de um amplo debate no território nacional, envolvendo a temática das políticas públicas de trabalho, emprego e proteção social. O texto base da 1ª CNETD é o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente, cujas prioridades são gerar mais e melhores empregos com igualdade de oportunidades e tratamento; erradicação do trabalho escravo e do trabalho infantil, em especial em suas piores formas; e fortalecer os atores tripartites e o diálogo social como um instrumento de governabilidade democrática.

A 1ª CNETD tem por objetivo geral contribuir para a construção, o fortalecimento e a promoção de uma Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente.

Balanço 2010 prova que reajuste dos aposentados poderia ser maior

A Funcef divulgou, na sexta-feira, dia 8/4, em seu site, matéria onde detalha os dados do balanço financeiro de 2010, que foi aprovado pelo Conselho Deliberativo no dia 30/3. Os números apontam para o aumento significativo de rentabilidade, que segundo a Fundação, ficou bem acima da média do conjunto de fundos de pensão.

As informações sobre o desempenho da Funcef vêm reforçar o que as representações dos associados já haviam dito anteriormente: o reajuste concedido aos aposentados poderia ter sido maior.

Os dados destacados pela Funcef revelam rentabilidade, em 2010, de 16,84%, ou seja, 4,52% acima da meta atuarial de 12,32% (INPC+ 5,5%). A Fundação encerrou o ano com patrimônio total de R\$ 43,8 bilhões, 12,66% com relação a 2009, cujo ativo total era de R\$ 38,8 bilhões.

O superávit acumulado foi de R\$ 460 milhões, sendo R\$ 242,3 milhões para o REG/REPLAN, modalidade saldada, R\$ 144,2 milhões para o REG/REPLAN, modalidade não saldada e R\$ 75,9 milhões para o REB. O Novo Plano apresentou déficit de R\$ 1,7 milhão por não ter atingido a meta atuarial e por provisionamentos contingenciais.

Segundo a Funcef, “a ade-



Foto: Augusto Coelho

Os 3,57% foram defendidos no Conselho Deliberativo pelos conselheiros eleitos, com respaldo no Fórum de Entidades e Representantes Eleitos da Funcef, dia 29/3. Este valor foi recusado pelo Fundo

quada gestão dos investimentos permitiu que o seu patrimônio quadruplicasse nos últimos oito anos (em 2002, era de R\$ 9,7 bilhões). No entanto, apesar desses números, por meio de voto de minerva, a patrocinadora impôs o menor reajuste possível (2,33%) aos benefícios dos aposentados e pensionistas, votando contra o reajuste de 3,57% índice que já havia sido aprovado pela Diretoria Executiva da Fundação.

As representações dos empregados caracterizam a atitude da Caixa como boicote à regra contida no parágrafo segundo do artigo 115 do regulamento do REG/Replan saldado, pela qual é permitida a utilização de até 90% do resultado excedente em relação à meta atuarial de cada

exercício, para composição do Fundo de Revisão de Benefícios Saldados.

No dia 8/4, a Fenae e a Fenacef encaminharam à Caixa e a Funcef ofício repudiando o voto dos representantes da empresa no Conselho Deliberativo da Funcef. No documento, as entidades destacaram que o “índice de 3,57% surgiu após um amplo debate no Fórum de Dirigentes de Entidades e Representantes Eleitos da Funcef. Não se trata de algo impensável, inexequível, fora de propósito. O fórum posicionou-se favoravelmente ao que já havia sido aprovado pela Diretoria Executiva da Fundação: 76,5% do excedente da meta atuarial- bem abaixo dos possíveis 90% previstos nas regras do fundo”.

FERIADÃO

Pousadas e hotéis conveniados são opções de lazer para os bancários

O Sindicato dos Bancários do Ceará apresenta nessa edição ótimas dicas de hospedagem para os seus associados. Conveniado com a Pousada Tremembé, o Nobile Suites Brasil Tropical e o Hotel Tulip Inn Saint Martin são opções excelentes de lazer e descanso durante o feriado da Semana Santa.

POUSADA E RESTAURANTE TREMEMBÉ – O convênio firmado entre o Sindicato e a Pousada e Restaurante Tremembé disponibiliza aos bancários associados e seus familiares, apartamentos com diárias especiais e pagamento facilitado. A Pousada é uma empresa que trabalha com turismo responsável há mais de seis anos. Localizada na Praia de Tremembé, a 9 km leste de Icapuí (200 km de Fortaleza), a pousada proporciona acesso a palmas dos coqueirais e a serenidade do mar, que se fundem trazendo momentos de paz, encontro e harmonia.

A pousada se localiza em uma pequena vila de pescadores com condições climáticas particulares, mar de ondas calmas. É um destino prazeroso em qualquer época do ano. A estrutura da pousada é de frente pro mar, com amplo pátio interno florido e um alpendre convidativo na parte externa. Visitando a pousada, os bancários associados e seus familiares terão acesso a passeios de buggy, de jangada e a cavalo, visita às mulheres rendeiras e a projetos sociais,

entre outras atividades prazerosas. Mais informações: (88) 9964 4440 / 9232 6224; www.pousadatremembe.com ou pousadatremembe@yahoo.com.br

NOBILE SUITES BRASIL TROPICAL – O Brasil Tropical é um dos melhores hotéis de Fortaleza e atua no ramo hoteleiro há vários anos, oferecendo conforto e hospitalidade aos seus clientes. O hotel dispõe de espaço para eventos e convenções, excelentes acomodações, ótimas opções de lazer, com localização próxima a Av. Beira Mar. Os bancários só poderão pagar o preço tabelado mediante a apresentação da carteira com número de matrícula sindical ou contracheque que comprove a filiação ao Sindicato dos Bancários.

Mais informações: (85) 3266 7700, www.brasiltropical.com.br ou reserva@brasiltropical.com.br

HOTEL TULIP INN SAINT MARTIN – O Hotel Golden Tulip disponibiliza aos bancários associados e seus familiares, apartamentos com diárias especiais e formas de pagamento facilitadas. O Hotel oferece descontos especiais de 45% nos serviços de hospedagens, contudo não abrange outros serviços. O pagamento pode ser feito nos cartões de crédito com parcela única ou depósito bancário. Mais informações: (85) 3533 6101.



PLANO DE SAÚDE

Sociedade pode contribuir na atualização das coberturas obrigatórias

Começou na última sexta-feira (15/4) uma consulta pública sobre a atualização da cobertura assistencial obrigatória para todos os planos de saúde contratados a partir de 2 de janeiro de 1999. A lista de inclusões engloba 50 procedimentos e eventos. Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a revisão da cobertura obrigatória tem o objetivo não apenas de editar uma lista mais adequada em termos de conteúdo, organização e nomenclatura, como também induzir a mudança de um modelo assistencial ainda predominantemente centrado na doença e com alto consumo de tecnologias. A intenção é garantir cobertura assistencial adequada às necessidades de saúde dos beneficiários dos planos privados de assistência à saúde.

A agência informou também que a inclusão de procedimentos de comprovada segurança e eficácia e a retirada daqueles já obsoletos é de grande importância, uma vez que, o avanço do conhecimento na área da saúde é acelerado e, para acompanhá-lo, é necessário que

ocorram revisões periódicas da cobertura mínima obrigatória.

PROCEDIMENTOS – A ANS determina a lista de consultas, atendimentos, exames e tratamentos com cobertura obrigatória nos planos de saúde. Essa lista, denominada Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, é a referência de cobertura mínima obrigatória para cada segmentação de planos de saúde (ambulatório, hospitalar com ou sem obstetrícia e plano referência), contratados pelos consumidores a partir de 2 de janeiro de 1999. Assim, o rol define para cada procedimento as segmentações de planos de saúde que devem ou não cobri-lo. O rol define também a cobertura obrigatória para odontologia, para os procedimentos classificados como de alta complexidade e para cirurgias.

Os interessados em participar da Consulta Pública nº 40 deverão enviar contribuições exclusivamente por e-mail que estará disponível na página da ANS (www.ans.gov.br), de 15 de abril a 14 de maio.

DESARMAMENTO

Ministério da Justiça anuncia que nova campanha será antecipada

O Ministério da Justiça anunciou na segunda-feira (11/4) que a nova campanha do desarmamento será antecipada. A campanha já estava sendo organizada pelo governo federal. O episódio na escola Tasso da Silveira, no bairro de Realengo (RJ), quando 12 alunos foram assassinados na semana passada, acelerou o processo. O ministério ressalta que, independentemente da campanha, o desarmamento é uma política constante do governo e faz parte de um projeto que engloba o combate ao crime organizado e ações nas áreas de fronteiras. A expectativa é fazer o lançamento em 6/5.

O objetivo é recolher o maior número de armas possível. “O propósito é superar as três campanhas anteriores, quando foram recolhidas mais de um milhão de armas”, afirmou o ministro do MJ, José Eduardo Cardozo.

Um Gabinete de Gestão Integrada (GGI), que articula o trabalho da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e polícias locais, será instalado, em breve, em Foz do Iguaçu, na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, para coibir a entrada ilegal de armas no País.

Na última campanha do desarmamento, feita entre dezembro de 2008 e dezembro de 2009, foram recolhidas mais de 40 mil armas no País.

CONSELHO – As ações da nova campanha serão geridas por um conselho. Serão convidados a integrá-lo, além de outros setores do governo – como a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e o Ministério da Defesa – o Senado, a Câmara dos Deputados, as secretarias estaduais e municipais de segurança pública, os conselhos das Guardas Municipais, o Conselho Nacional

do Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Rede Desarma Brasil, a Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB), o Conselho dos Comandantes Gerais da Polícia Militar, o Colégio dos Dirigentes das Polícias Civil, o Conselho Nacional de Segurança Pública, o Banco do Brasil e o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs.

A primeira reunião do conselho aconteceu na segunda-feira (18/4) onde foram abordados temas como o valor da indenização a ser paga para quem entregar armas, projetos de lei sobre o desarmamento que podem ser enviados para o Congresso Nacional e formas de mobilização da sociedade. Segundo o MJ, a nova campanha do desarmamento deve ser estendida até o final do ano como parte de uma política permanente para desarmar o País.

Diretoria da Previ apresenta relatório 2010 em Fortaleza

A diretoria da Previ esteve em Fortaleza, na quinta-feira 14/4, para apresentar o relatório anual 2010 do fundo de previdência complementar dos funcionários do Banco do Brasil. Diretores do SEEB/CE acompanharam as apresentações do diretor de Seguridade, Ricardo Sasseron, do diretor de Planejamento, Vitor Paulo e do diretor de Investimentos, André Tapajós.

Foram apresentados os resultados de 2010 e uma palestra sobre educação financeira, com o intuito de estimular as pessoas a reservarem recursos em previdência. Também foram esclarecidas algumas dúvidas sobre a distribuição do superávit e sobre a linha de investimentos da Previ. Os dirigentes ainda explanaram sobre a participação estratégica da Previ no mercado, demonstrando de onde vem o custeio do pagamento dos benefícios, quais as operações de investimentos e quais mais trazem retorno.

“O Sindicato saúda a iniciativa da Previ de trazer seus gestores para apresentar os planos aos seus associados. O Sindicato teve voz para poder explicar a importância da Previ na garantia do futuro do bancário, no planejamento da sua aposentadoria, na qualidade de vida. A educação financeira pode ser transformada em qualidade de vida”, afirma o diretor do SEEB/CE e funcionário do BB, Gustavo Tabatinga, acrescentando que a diretoria eleita, com o apoio dos sindicatos, consolida esse sucesso de gestão dos planos.

Os ativos da Previ atingiram a soma de R\$ 152 bilhões, sen-



do maiores até mesmo do que os do próprio Banco do Brasil, e representam um aumento de R\$ 10 bilhões de recursos disponíveis em relação ao exercício anterior. São 32.449 participantes ativos do Plano de Benefícios 1 e 64.361 aposentados; já o Previ Futuro são 60.169 ativos e 103 aposentados. Outros números positivos: 75,4% da renda dos aposentados vêm da Previ. Apenas 21% vem do INSS e 3,6% do BB. “Você entrar para um plano de previdência complementar

significa você pensar no seu futuro”, ressalta Gustavo.

Foi garantido que todos os associados irão receber, através dos Correios, o Relatório Anual 2010 da Previ com toda demonstração financeira. Os dirigentes da Previ estão percorrendo o País para fazer a divulgação do balanço. Os diretores, tanto os eleitos pelos associados quanto os indicados pelo banco, já estiveram em Salvador e Recife. Nesta quarta-feira 20/4 será a vez de Curitiba.

IPEA

Mercado financeiro está fazendo terrorismo com relação à inflação

O coordenador do grupo de análises e previsões do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Roberto Messenberg, afirmou que o mercado financeiro está fazendo terrorismo com a possibilidade de estouro da inflação. Segundo ele, não há chances de hiperinflação no Brasil e a estratégia alarmista é movida pelo temor em relação à nova agenda socioeconômica do governo Dilma Rousseff.

“Não há, nos fundamentos da nossa economia, possibilidade de que a inflação saia de controle”, diz. “Esta é uma estratégia terrorista das instituições financeiras para sabotar as mudanças da agenda econômica do Brasil, que caminha na direção contrária de seus interesses”, afirmou em coletiva, no Rio de Janeiro.

O economista diz que não se deve confundir elevação do nível de preço com inflação. Para ele, está havendo uma mudança de preço relativa no Brasil, sem aumentos generalizados.

Messenberg afirma que há um efeito transitório da inflação causada pela valorização do real sobre o dólar e pela relação entre a inflação em moeda nacional e em moeda estrangeira. Segundo ele, há uma contaminação da inflação em moeda estrangeira sobre a moeda nacional. O economista afirma não haver chances de hiperinflação num cenário de apreciação do real. “Vamos ter que conviver alguns meses com uma taxa de inflação mais salgada”, diz. “Não vejo desarranjo da política econômica, ou



improvisos. Estamos muito bem”.

Segundo ele, nunca houve uma política monetária tão boa para o Brasil e prova disso são os recentes relatórios do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da agência de classificação de risco Fitch, com avaliações positivas sobre o País.

INFLAÇÃO – Vinculado à Presidência da República, o Ipea aponta sinais de que a inflação sofre pressão do consumo aquecido em especial quando analisada a evolução dos preços dos serviços, com alta de 8,5% em 12 meses.

Observa ainda que eles refletem “o aumento real da renda”, segundo sua “Carta de Conjuntura” divulgada dia 13/4. Para o Ipea, a inflação vai superar o teto da meta do governo (6,5%) nos próximos meses, mas tende a ceder ao final do ano. Ainda assim, ficará acima de 4,5%, centro da meta. O instituto prevê alta de 5% a 6% para os preços.

O estudo diz que a necessidade de aperto monetário (alta de juros e medidas para conter o crédito) vai se traduzir num crescimento “mais moderado” em neste ano, de 4% a 5%.

ESTÁGIO

Departamento Jurídico seleciona estagiários de Direito

O Departamento Jurídico do Sindicato dos Bancários do Ceará realiza seleção para estagiários do curso de Direito. As inscrições vão até o próximo dia 20/4, das 9h às 15h, com Erismar, no setor de Recursos Humanos da entidade.

A jornada de trabalho é de 20 horas semanais (segunda a sexta, de 8 às 12h) e o valor da bolsa é de R\$ 500,00 + auxílio-transporte de R\$ 44,00.

Para inscrever-se, o candidato deve ter cursado no mínimo 80 créditos e no máximo, 150. Deve apresentar ainda os seguintes documentos: histórico escolar; currículo, cópia da carteira de identidade e declaração da universidade com a quantidade de créditos cursados.

Mais informações: (85) 3252 4266.

OUTROS TOQUES

Mortalidade Infantil

30% de redução da taxa de mortalidade infantil em crianças com menos de um ano foi observada de 2000 a 2009, tendo passado de 21,2 óbitos por mil nascidos vivos para 14,8 óbitos em 2008, de acordo com o Relatório Um Brasil para as Crianças e Adolescentes, da Fundação Abrinq-Save the Children.

Dengue

Dados divulgados pelo Ministério da Saúde mostram que a dengue está avançando no Norte e no Nordeste, as duas regiões com mais problemas de abastecimento de água, segundo o IBGE. No primeiro trimestre, as notificações de dengue subiram 69% no Norte e 51% no Nordeste em relação ao mesmo período de 2010. Em todo o País, houve redução de 43%.

Violência

Em documento divulgado dia 11/4, o Banco Mundial (Bird) alerta que cerca de 1,5 bilhão de pessoas vivem em países que são atingidos frequentemente por ciclos repetitivos de violência, que se caracterizam como o principal responsável pela má qualidade de vida da população. Os especialistas advertem que os esforços para corrigir os problemas econômicos e políticos devem ser associados ao combate à violência. As propostas do estudo para minimizar a violência são medidas de transparência, dotações orçamentárias especiais para segmentos sociais desfavorecidos, fim de leis discriminatórias e adoção de compromissos para reformas a longo prazo.

“No Brasil, a maioria das pessoas começa a trabalhar bastante cedo, muitas adolescentes ainda, e estipular uma idade mínima para que se aposentem no futuro seria puni-las por aquilo que deveria ser motivo de premiação”

Artur Henrique, presidente da CUT, criticando a proposta do ministro da Previdência de fixar uma idade mínima para a aposentadoria.

Microempreendedor

Os profissionais autônomos que fazem parte do programa Microempreendedor Individual pagarão menos à Previdência Social a partir de maio. O governo federal publicou no Diário Oficial da União (DOU) do dia 8/4 a Medida Provisória nº 529 que reduz a alíquota de contribuição do empreendedor individual de 11% para 5% sobre o salário mínimo. A MP foi publicada um dia após a cerimônia que comemorou a marca de 1 milhão de inscritos no Programa do Empreendedor Individual.

DATA:	RUBRICAR:
<input type="checkbox"/> REINTEGRADO AO SERVIÇO	<input type="checkbox"/> PORTAL DO SINDICATO
<input type="checkbox"/> INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SINDICATO	<input type="checkbox"/> OUTROS:
<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO	<input type="checkbox"/> AUSENTE
<input type="checkbox"/> RECUSADO	<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO
<input type="checkbox"/> FALCIDO	<input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O Nº INDICADO
<input type="checkbox"/> ENDEREÇO INSUFICIENTE	<input type="checkbox"/> MUDOU-SE

